

CLIPPING IMPRESSO

11/10/2022



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADOR.....	3 - 4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	5 - 6
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. AÇÕES TJMA.....	7

TJMA exporta metodologia de gestão de projetos para o TJRO

PÁGINA 4



TJMA exporta metodologia de gestão de projetos para o TJRO



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), representado pelo seu 1º vice-presidente, desembargador Ricardo Duailibe, recebeu nessa sexta-feira (7) a visita institucional do diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), desembargador Caetano Levi Lopes.

Na oportunidade, o desembargador Caetano Levi Lopes foi homenageado com a Medalha Comemorativa dos 200 anos do TJMA, a terceira corte de Justiça estadual mais

antiga do país.

O desembargador Ricardo Duailibe ressaltou a importância da comenda do Judiciário maranhense e enalteceu a trajetória profissional do homenageado, que completou 43 anos na magistratura. “Esta iniciativa do Tribunal de Justiça é bastante salutar. Hoje, homenageamos o desembargador Carlos Levi, por relevantes serviços prestados ao Judiciário maranhense, sobretudo à magistratura. Ficamos muito satisfeitos com esta

visita institucional”, afirmou.

O desembargador Caetano Lopes Levi enfatizou a relevância da iniciativa do Tribunal de Justiça. “Estou extremamente feliz, honrado e emocionado com esta homenagem realizada pela Justiça maranhense. Ao longo dos meus 43 anos de carreira, na magistratura, tenho procurado cumprir a minha missão da melhor forma possível. Espero voltar em breve ao Maranhão”, disse.

Durante o encontro, o desembargador Caetano Lopes, que também é professor aposentado na ativa, recebeu o livro “O Tribunal de Justiça do Maranhão: Crônica ligeira escrita em comemoração de seu bicentenário”.

Também participaram a visita o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), juiz Douglas de Melo Martins; e o diretor-geral do TJMA, Carlos Anderson dos Santos Ferreira.

A Medalha Comemorativa dos 200 anos foi instituída durante sessão administrativa do Colegiado, como parte das comemorações alusivas ao aniversário de instalação do Tribunal de Justiça do Maranhão, ocorrido em 4 de novembro de 1813.

O desembargador Caetano Levi esteve em São Luís, nesta semana, para participar da solenidade de encerramento do primeiro curso “Formação de Magistrados Atuantes na Execução Penal nas Comarcas da Federação para Implantação do Modelo APAC”, nessa quinta-feira (6).

A iniciativa, de âmbito nacional, foi realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por meio da Escola Nacional da Magistratura (ENM), com o objetivo de propiciar a magistrados e magistradas de vários estados a compreensão da metodologia, funcionamento e resultados da metodologia APAC.

Instalada Unidade Interligada de Registro Civil em Belágua

PÁGINA 4

Instalada Unidade Interligada de Registro Civil em Belágua



O Município de Belágua, que registrou 57,1% de sub-registro em 2017 (IBGE), foi beneficiado com a instalação de uma Unidade Interligada de registro Civil (UI), pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), em parceria com a Prefeitura Municipal e o cartório extrajudicial de Urbano Santos.

De agora em diante, crianças nascidas na maternidade local terão acesso à Certidão de Nascimento, que antes só era possível em Urbano San-

tos, sede da comarca, a 13,8 km de distância.

O juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), Alistelman Filho, representou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, na solenidade de instalação da unidade interligada, na quinta-feira, 6 de outubro. Para o juiz, a instalação da UI em Belágua tem importância estratégica para o projeto de erradicação do sub-registro no Maranhão. Isso porque o município, além de alto

índice de sub-registro, também possui baixo Índice de Desenvolvimento Humano: 0,512.

A instalação da unidade integrou as ações do Projeto “Inclusão e Cidadania Sobre Rodas”, realizado pela Defensoria Pública estadual e parceiros institucionais, com a finalidade de proporcionar o acesso a serviços e documentação básica à população residente nas cidades de Belágua e Paulino Neves.

Segundo a coordenação do projeto, foram rea-

lizados mais de 2 mil atendimentos nas cidades, por meio da “Carreta dos Direitos”, com emissão de Certidão de Nascimento e Carteira de Identidade; assistência jurídica relacionadas a pedidos de divórcio e pensão alimentícia; pedidos de reconhecimento de paternidade, repactuação de dívidas e orientação sobre o programa “Tarifa Social de Energia Elétrica”. E cinco pessoas adultas - uma delas de 70 anos-, sem o documento de registro de nascimento, fizeram o registro tardio.

O Maranhão possui o maior índice de sub-registro dentre os estados do Nordeste - 4,7%, segundo dados do IBGE/2020. Por meio da ação coordenada com as instituições parceiras, a Corregedoria da Justiça do Poder Judiciário já coordenou a instalação de 101 Unidades Interligadas de Registro Civil em todo o Estado do Maranhão, em cumprimento à Lei 12.662/2012 (alterada pela Lei 13.257/2016), que determina a obrigatoriedade dos estabelecimentos de saúde que realizam parto de ter uma unidade em funcionamento.

Bate Rebate

TJMA RECEBE VISITA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), representado pelo seu 1º vice-presidente, desembargador Ricardo Duailibe, recebeu nessa sexta-feira (7) a visita institucional do diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), desembargador Caetano Levi Lopes.

Na oportunidade, o desembargador Caetano Levi Lopes foi homenageado com a Medalha Comemorativa dos 200 anos do TJMA, a terceira corte de Justiça estadual mais antiga do país.

O desembargador Ricardo Duailibe ressaltou a importância da comenda do Judiciário maranhense e enalteceu a trajetória profissional do homenageado, que completou 43 anos na magistratura.

TJMA troca experiências em encontro com presidentes de tribunais estaduais

O Tribunal de Justiça do Maranhão, representado pelo desembargador Paulo Velten (presidente) e pelo juiz auxiliar Márcio Brandão, marcou presença no 4º Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), realizado em Palmas (TO), com o intuito de buscar iniciativas voltadas à inovação e à melhoria da prestação de serviços do Judiciário brasileiro.

De quarta (5) a sexta (7), o evento reuniu desembargadores e desembargadoras que chefiam o Poder Judiciário nos 26 estados e no Distrito Federal. A Carta de Palmas, documento resultado do en-



contro, ressaltou a necessidade de capacitação continuada de magistrados(as) em inteligência e segurança institucional, a promoção de diálogos em eventos

de natureza multidisciplinar e a criação de estratégias para contratação e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas, de forma colaborativa.

O documento lido pelo presidente do Consepre e do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), desembargador José Laurindo de Souza Netto, no auditório do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO), também solicita a participação efetiva do Consepre nas deliberações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que culminem na criação de comissões, resoluções ou recomendações que possam gerar encargos ou incumbências aos Tribunais dos estados e do Distrito Federal. Ele também agradeceu ao presidente do TJTO, desembargador João Rigo Guimarães, pela receptividade a todos(as) os(as) representantes.

CASAMENTO COMUNITÁRIO

Judiciário celebra união de 30 casais LGBTQIA+



A Corregedoria Geral da Justiça – CGJ/MA realizou o primeiro Casamento Comunitário gratuito para a comunidade LGBTQIA+ do Estado. A celebração ocorreu no último sábado, 8, na sede da Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA, com a participação de 27 casais na cerimônia presencial, e outros três casais em formato virtual diretamente das cidades de Bacabal, Balsas e Lago dos Rodrigues. O casamento ofertou, gratuitamente, o acesso ao registro de casamento civil para casais constituídos por pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social, celebrando o amor e a diversidade, contribuindo para a promoção dos direitos humanos, proteção e garantia dos direitos civis da comunidade LGBTQIA+ no Maranhão.

O evento realizado em parceria com o Tribunal de Justiça, Comitê de Diversidade do Poder Judiciário e apoio da AMMA, contou com a presença do desembargador Paulo Velten, presidente do TJMA; do desembargador Froz Sobrinho, corregedor-geral da Justiça; do desembargador

Gervásio Santos, ex-presidente da AMMA; e do atual presidente da Associação dos Magistrados, juiz Holídice Barros. O presidente Paulo Velten parabenizou os casais e familiares e afirmou ser entusiasta do projeto Casamentos Comunitários. Velten lembrou do compromisso firmado ao assumir a magistratura, “prometo bem e fielmente desempenhar os deveres do meu cargo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal e as leis da República”. E complementou pontuando os objetivos fundamentais previstos na Carta Magna, em especial o inciso IV do artigo 3º da CF, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, finalizou.

Para o corregedor Froz Sobrinho, o primeiro Casamento Comunitário LGBTQIA+ é um marco na história do Poder Judiciário do Maranhão que abre caminho para realização de outras celebrações com maior número de casais, além de edições regionais. “Nosso grande desafio é combater a discriminação em todas as suas formas e vencer o desafio da desigualdade”, ressaltou. O magistrado também homenageou os noivos e noivas com versos da música Paula e Bebeto, de Milton Nascimento, “qualquer maneira de amor vale a pena, qualquer maneira de amor vale amar”.

O juiz Marco Adriano, coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, celebrou a união do primeiro casal inscrito, as noivas Tamires Cavalcante e Ana Beatriz Barroso. O corregedor Froz Sobrinho entregou a certidão de casamento às nubentes.

A juíza Elaile Silva, coordenadora adjunta do Comitê de Diversidade, uniu o casal especial mais novo, Maria Eduarda e Suellen da Silva. O presidente Paulo Velten fez a entrega da certidão de casamento.

O casal Samarony Mota e Domingos Gomes elogiou a organização do evento e sugeriu ao Judiciário a realização de outras edições desse casamento, como forma de oportunizar o registro gratuito para mais pessoas. “Não imaginava que seria todo esse glamour, me surpreendeu e veio como forma de abrilhantar a nossa união civil”, ressaltou o noivo Samarony Mota.